



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- Mandato 2017-2021 -----

---**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA A 05 DE NOVEMBRO DE 2020 E TERMINADA A 19 DE NOVEMBRO DE 2020**-----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E CINCO** -----

---Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e vinte, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente Primeira e Segunda-Secretárias, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

I - Período de Intervenção de Público

II - Período da Ordem do Dia

Ponto 4 - Apreciação e discussão do Relatório do Revisor Oficial de Contas;

Ponto 5 - Apresentação, discussão e votação de proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia.

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Manuel de Jesus Saraiva, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR (CDS-PP)** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves-----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes eleitos: -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Abílio Carvalho**. -----

--- **Luísa Maria Cabral Costa Gomes (PS)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Régio**. -----

---**Rogério Borge Pereira Mota (PCP)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituído por **Nuno Almeida**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a “lista de presenças”: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Morais Ventura Cintra**, **Susana Maria da Costa Guimarães**, **Joaquim Cerqueira Brito**,



Maria Cristina Rodrigues Abreu, João Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente sessão, saudando os presentes, dando também a informação ao plenário dos pedidos de substituição que foram solicitados. Disse ainda que é entendimento da Assembleia, embora não obrigatório, dar a oportunidade de os fregueses de Marvila poderem ter a possibilidade de intervenção para expor os seus problemas, informando que o freguês que irá falar não teve na última sessão, por dificuldades técnicas, possibilidade de o fazer. Deu então a palavra ao Sr. Adriano Finuras, morador no bairro do Condado. -----

---O **Sr. Adriano Finuras**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--- «Boa noite. Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade de falar outra vez, uma vez que por questões técnicas na última Assembleia não consegui comparecer. O que queria falar aqui tem a ver com um projeto, do qual já tinha exposto em Assembleias anteriores, sobre um projeto executado pela Junta de Freguesia de Marvila, na rua Alfredo Duarte Marceneiro, iniciado já no tempo do anterior Executivo, mas que ainda não está concluída. Gostava de saber qual o ponto de situação, se vai avante a questão de o terminar ou se está programado uma outra obra para ali. Tenho aqui uma situação também, que já tentei junto da CML. Ainda não se conseguiu tirar um poste de eletricidade, esse poste não está ligado a lado nenhum, pura e simplesmente está retirado de algum ponto. Ele está junto ao parque infantil junto à escola básica do Condado, provavelmente não tem valor comercial senão virava sucata, já se falou com a CML e esta ainda não o recolheu, não sei se há possibilidade da Junta de Freguesia o retirar ou fazer diligências junto da CML. Aí perto dessa zona, está aí um poste de eletricidade que dá luz, mas está a 45 graus, prestes a cair e junto à escola não sei se pode fazer ali alguma diferença ou não. Depois tem aqui uma outra situação de uma obra inacabada da CML, na rua Botelho de Vasconcelos, e pedia para a Junta poder tomar também diligências junto ao IT, responsável pela obra, junto aos lotes 564 e 565, há ali uma zona que foi basicamente requalificada com a colocação de betuminosa e falou-se que os carros a estacionar impediam a passagem das pessoas. E por estranho que pareça, a pessoa que alertou essa situação, o Sr. Rogério, está neste momento de cadeira de rodas e é quem no momento mais precisa para fazer aquela travessia e não o pode fazer porque os carros continuam lá estacionados e a obra não ficou concluída para deixar ali um espaço de passagem para uma cadeira de rodas ou mesmo as pessoas. Não sei se é possível ou não porque neste momento, o Sr. Rogério tem que subir com a sua cadeira de rodas uma passagem com uma subida bastante acentuada. Outra questão é. Na praça Dr. Fernando Amado, junto ao polidesportivo Capitães de Abril, junto à baliza norte, foram colocados dois postos de eletricidade há sensivelmente três anos e que até agora não foram ainda ligados, isso já foi falado noutras Assembleias, mas até agora ainda não foi resolvido, não sei se a Junta poderá fazer um reforço sobre isto. Vi a gravação da última Assembleia e verifiquei uma mudança de política relativamente ao nome “Chelas”, e que o Sr. Presidente despertou um possível movimento para fazer algum retrocesso na questão do desaparecimento de Chelas e que irá dar conhecimento a todos vós a questão desse movimento e agradecer ao Sr. Presidente por dar essa força. Muito obrigado.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. presidente da Junta que, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas pelo freguês. Iniciou dando como



resposta, que no que se refere à área de competência da Junta de Freguesia de Marvila, se começará desde já a corrigir o que está em falha e se procederá de imediato à tentativa de repor a normalidade das questões em causa. Referindo-se às situações que são competência da CML, disse que iria voltar a insistir, nomeadamente como ainda foi feito esta semana, daquilo que respeitava as condições de iluminação do bairro do Condado, relativamente à rua Botelho de Vasconcelos e Av. João Paulo II, e outras vias que nos foram referidas, o pedido da correção dessas deficiências. Relativamente às obras inacabadas e a questão do Sr. Rogério, disse ser evidente que se tem de olhar de uma forma mais detalhada e fazer a articulação com a CML uma via pedonal para as pessoas com mobilidade reduzida como o Sr. Rogério. Relativamente à iluminação junto ao Campo Capitães de Abril, disse também tentar encontrar uma solução para que rapidamente isso possa ser resolvido pelo departamento de iluminação pública da CML. Relativamente ao nome do sítio de Chelas, disse acompanhar vivamente uma política que defenda a nossa história, que continue a dar os nossos valores e disse ficar sempre sensibilizado por um sítio como Chelas na dinâmica e divulgação que deve ter dado o número de artérias que tem. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou o plenário que deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, referente a Gonçalo Ribeiro Telles, subscrito por todas as bancadas, apresentando-o, sendo o seu conteúdo transcrito abaixo: -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

«GONÇALO RIBEIRO TELLES

Arquiteto paisagista, ecologista e político, Gonçalo Pereira Ribeiro Telles nasceu em Lisboa, a 25 de maio de 1922.

Licenciou-se em Engenharia Agrónoma e terminou o Curso Livre de Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Iniciou a sua vida profissional nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ao mesmo tempo que lecionava no ISA, tornando-se discípulo de Francisco Caldeira Cabral, pioneiro da arquitetura paisagista em Portugal, com quem publicará o livro “A Árvore em Portugal”, obra de referência sobre as espécies arbóreas existentes no nosso país.

Na Câmara de Lisboa integrou, entre 1951 e 1953, a Repartição de Arborização e Jardinagem, passando em 1955 a arquiteto paisagista do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, onde permaneceu até 1960.

Entre 1971 e 1974, dirigiu o Sector de Planeamento Biofísico e de Espaços Verdes do Fundo de Fomento da Habitação.

O projeto mais marcante da sua carreira é, provavelmente, o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, que assinou com António Viana Barreto e que lhe valeu, *ex aequo*, o Prémio Valmor de 1975.

É autor de alguns dos projetos de espaço público e de paisagismo mais emblemáticos da cidade de Lisboa: espaço público do Bairro das Estacas, em Alvalade; os jardins da Capela de São Jerónimo, no Restelo; a cobertura vegetal da colina do Castelo de São Jorge; e o Jardim Amália Rodrigues, junto ao Parque Eduardo VII.

Em Lisboa, merecem também destaque outros projetos, que concebeu entre 1998 e 2002, por solicitação da Câmara Municipal de Lisboa: o Vale de Alcântara, a Radial de Benfica, o Vale de Chelas, o Corredor Verde de Monsanto, o Corredor Verde Periférico de Lisboa e a integração da Zona Ribeirinha Oriental e Ocidental na Estrutura Verde Principal de Lisboa.



Foi professor convidado e catedrático da Universidade de Évora, onde criou na década de 1990 as licenciaturas em Arquitetura Paisagista e em Engenharia Biofísica.

Em abril de 2013 foi galardoado com o Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, a mais importante distinção internacional no âmbito da arquitetura paisagista.

Iniciou a sua intervenção pública como membro da Juventude Agrária e Rural Católica, estrutura juvenil ligada à Ação Católica Portuguesa.

Em 1945, participou na fundação do Centro Nacional de Cultura, do qual era associado número um e presidente da Assembleia Geral.

Com Francisco Sousa Tavares, fundou, em 1957, o Movimento dos Monárquicos Independentes, a que se seguiria o Movimento dos Monárquicos Populares.

Em 1958, manifestou o seu apoio à candidatura presidencial de Humberto Delgado.

Em 1959, subscreveu, com mais quatro dezenas de católicos – entre os quais Francisco Sousa Tavares, João Bénard da Costa, Nuno Teotónio Pereira e Sophia de Mello Breyner Andresen –, uma carta dirigida a Salazar na qual se denunciavam os métodos da PIDE.

Em 1967, aquando das cheias de Lisboa, impôs-se publicamente contra as políticas de urbanização vigentes.

Em 1969, integra a Comissão Eleitoral Monárquica, que se junta às listas da Ação Socialista Portuguesa, de Mário Soares, na coligação Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), liderada por Soares, para concorrer à Assembleia Nacional. Não seria eleito, tal como os restantes membros das listas da oposição democrática.

Em 1971, ajudou a fundar o movimento Convergência Monárquica, reunião de três movimentos da resistência monárquica: o Movimento Monárquico Popular, a Liga Popular Monárquica e a Renovação Portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974, com Francisco Rolão Preto, Henrique Barrilaro Ruas, João Camossa de Saldanha, Augusto Ferreira do Amaral, Luís Coimbra, entre outros, fundou o Partido Popular Monárquico, a cujo Diretório presidiu.

Foi Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios e Secretário de Estado do Ambiente no I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares.

Em 1979, alia-se a Diogo Freitas do Amaral e Francisco Sá Carneiro na formação da Aliança Democrática, coligação através da qual foi eleito deputado à Assembleia da República, consecutivamente, nas legislativas de 1979, 1980 e 1983.

Entre 1981 e 1983, integra o VIII Governo Constitucional, chefiado por Francisco Pinto Balsemão, como Ministro de Estado e da Qualidade de Vida. Durante o seu ministério, assume um papel preponderante no estabelecimento de um regime sobre o uso da terra e o ordenamento do território, ao criar as zonas protegidas da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e as bases do Plano Diretor Municipal.

Enquanto deputado na Assembleia da República teve responsabilidades nas propostas da Lei de Bases do Ambiente, da Lei da Regionalização, da Lei Condicionante da Plantação de Eucaliptos, da Lei dos Baldios, da Lei da Caça e da Lei do Impacte Ambiental.

Em 1984, após sair do Governo e já afastado do PPM, fundou o Movimento Alfacinha, com o qual se apresentou candidato à Câmara Municipal de Lisboa, conseguindo a eleição como vereador. Em 1985, regressa à Assembleia da República, agora como deputado independente, eleito nas listas do Partido Socialista.

Em 1993, fundou o Movimento o Partido da Terra, cuja presidência abandonou em 2007.



Foi condecorado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico, em 1969; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1988; a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1990; e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2017.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila, na reunião ordinária de 19 de novembro de 2020,

Lamenta o falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, amigos e discípulos, reconhecendo o seu inestimável legado nas áreas do paisagismo e da ecologia e o papel fundamental que teve na construção do Portugal democrático.

Lisboa, 19 de novembro de 2020» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação o **Voto de Pesar - Gonçalo Ribeiro Telles**, acima apresentado. -----

---Passada a votação, **foi o Voto de Pesar - Gonçalo Ribeiro Telles aprovado por unanimidade.** -----

---No final da votação e de acordo com todo o plenário, procedeu-se a um minuto de silêncio em memória de Gonçalo Ribeiro Telles. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** retomou a Assembleia de dia 05 de novembro e, tal como acordado na sessão anterior, avançou os trabalhos para o **ponto 4** da Ordem do Dia- **Apreciação e discussão do Relatório do Revisor Oficial de Contas**, passando a palavra ao Sr. Presidente da junta para apresentação do ponto em discussão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse não fazer uma apreciação exaustiva do relatório, fazendo apenas algumas considerações sobre o mesmo: a primeira é que resulta do relatório de que não há nenhuma situação anómala que cause qualquer discussão orçamental, a segunda é que a execução das receitas correntes e das despesas correntes são normais uma vez que nos encontrávamos naquela situação a 30 de junho de 2020, a terceira é que as despesas de capital estão abaixo do normal o que não significa que as delegações de competências não estejam a correr bem mas significa que mais algumas obras irão ser pagas até ao final do ano e que se está a viver com as contingências da pandemia de Covid-19, que levou a que as execuções ficassem atrasadas e que o lançamento de alguns concursos só venham agora a decorrer no final do ano. Disse ainda que o Executivo fica à disposição de prestar todos os esclarecimentos julgados necessários. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que o relatório apresentado, referente aos primeiros seis meses de 2020, na sua opinião, não acrescentam grande coisa face aos dados já do conhecimento do plenário através da informação financeira que acompanha as informações escritas do Sr. Presidente da Junta. Disse apenas que este relatório vem confirmar algumas preocupações colocadas pela sua bancada, no que refere o grau de execução, quer das receitas, quer das despesas. Salientou os alertas que os revisores fazem, indicando a página 20 e a página 23, para as quais a Junta de Freguesia deverá dar atenção, enumerando os mesmos, considerando serem importantes. Salientou ainda que as sugestões do ROC deveriam ser seguidas para uma melhor execução orçamental. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse ter que reafirmar que a execução continua a estar longe do



orçamentado, sendo isso visível em todas as orgânicas enumeradas na página 18 do relatório. Disse acreditar que, numa altura de pandemia, se tem que atender primeiro as pessoas e as suas necessidades mais prementes, mas considera que não se está aqui desde a pandemia, está-se aqui há muitos anos, e considera que também há outras necessidades a ser atendidas, como a limpeza e o corte de ervas nas ruas para, como lhe disse um freguês, não haja cogumelos a crescer nos passeios. Disse que este Executivo já está há bastante tempo na Junta e continua-se a ter situações de degradação deploráveis. Disse ainda que, na sua opinião, é um crime haver tantas casas da Câmara vagas e não serem dadas a quem delas necessita. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, antes de qualquer outro assunto, lembrou a intervenção do Sr. Presidente da Junta na sessão anterior, sobre os protocolos e contratos programa, onde disse que, devido à pandemia, foram alteradas as cláusulas dos objetos dos vários contratos programa e protocolos. Disse ser sua opinião e para que as coisas fiquem bastante claras, que o Sr. Presidente da Junta deve apresentar à Assembleia as novas cláusulas de todos os protocolos e contratos programa. Disse que o ano 2020 é o primeiro ano em que as autarquias locais estão obrigadas a implementar o Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP, que tornará toda a administração pública a aplicar os mesmos critérios. Mais uma vez a ROC salientou que este sistema obrigou a uma alteração do regulamento do controlo interno. Disse que de acordo com a alínea h), do artigo 16, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Junta elaborar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, os regulamentos, bem como aprovar regulamentos internos. Pelo que se depreende pelo relatório, este regulamento ainda não foi atualizado. Questionou quando pensa a Junta fazê-lo uma vez que entrou em vigor no início do ano 2020. Chamou a atenção para o relatório da ROC, onde fala do equilíbrio orçamental, onde pelas palavras da mesma dizem que esse equilíbrio é impraticável, enumerando várias situações onde considera que estas questões são pouco legais e impraticáveis. Disse ainda que a ROC refere que, à data de 30 de junho, o saldo de gerência não foi executado. Considerou e expôs algumas incongruências chamando a atenção para elas dizendo que não se entende o atraso dos dados na contabilidade pedindo esclarecimentos sobre isso. Disse que os valores contabilísticos deveriam ser corrigidos pois considera estarem errados. Falando de um desvio, na rubrica de outras despesas, no valor de 118 mil euros, que a ROC justifica estar relacionado com os vários passeios que não foram realizados por se estar a viver uma pandemia, disse constatar-se que não está a ser controlada a especialização do exercício na receita. Questionou ainda se a Junta não recebeu nenhum valor no primeiro semestre referente aos Jardins de Infância. Questionou se o Executivo tem conhecimento da inconformidade referente à falta da inserção de dados na plataforma como assinala a ROC. Fez mais alguns alertas relativos a inconformidades referentes a outros setores como o OPM e OPJ, gastos com o pessoal, etc. Lembrou que a mudança do nome do metro de Chelas foi uma moção aprovada em Assembleia, mas, ao que pôde assistir, a bancada do PS irá desistir dessa mudança. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes, dizendo ter ficado muito satisfeito por o documento apresentado ser um documento em condições, datado, assinado e rubricado em todas as folhas. Referindo ao conteúdo do documento em si, disse estar preocupado.



Disse que, ao ver o que a ROC apresenta e escreve no documento, considera que qualquer um ficaria preocupado, salientando que irá estar muito atento a todas as explicações que o Sr. Presidente dará. Uma das suas preocupações prende-se com o novo regulamento de controlo interno que, devendo ter sido feito no início do ano e, até agora, não o foi ou, pelo menos, esta Assembleia não tem conhecimento dele. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que todos nós somos gente de talentos imagináveis, quando se trata de demonstrar desacordo, questionando, porém, se perante um problema, teremos nós talento para pensar e elaborar uma proposta de solução. Disse estarmos a viver uns tempos que poderíamos classificar com três ritmos de intervenção: o ritmo dos acontecimentos, o ritmo da conjuntura e o ritmo da estrutura. Todos eles têm ritmos diferentes e todos eles determinam a nossa vida e determinam a vida da própria instituição que aqui representam. Disse que os tempos não são fáceis: todos podem compreender, ou não compreender, podem colocar dúvidas e levantar problemas. Pediu, porém, que o deixassem dizer algo: algumas dúvidas são legítimas, mas na sua maioria, seriam esclarecidas em devido tempo, desde que essas dúvidas fossem levantadas logo que identificadas no relatório, que chegou aos eleitos há bastante tempo. Relativamente à questão do princípio da comparabilidade, questão levantada pelo ROC logo no início do seu relatório, disse que estamos a viver uma situação nova e, obviamente, algumas comparações não são fáceis. Disse que deve haver, e certamente haverá, a preocupação de melhorar toda esta situação e a preocupação de levar em conta alguns alertas que aqui foram apresentados pelo revisor. Disse que este documento, que ajuda a sistematizar algumas ideias quanto à gestão do Executivo e que, por isso, o devemos levar sempre em devida atenção, não traz aqui grandes preocupações nem grandes sentimentos de culpa ou grandes indefinições quanto a isso. Disse ser um documento datado no tempo, referente ao primeiro semestre e, entretanto, passaram 4 meses, quase 5, algumas das situações foram alteradas e pensa-se que, para melhor. Disse que é um documento que tem que ser lido consoante o seu tempo, é uma ajuda e ainda bem que ele existe e que nos permite estar informados acerca da gestão da própria Junta. O aparte do Sr. António Alves, que disse fazer questão de responder enquanto cidadão e “militante de Marvila”, identificando-se com uma determinada ideia de uma freguesia que tem 60 anos e que tem que ter algum tipo de identidade. Disse que não sabe o que o PS pensa, pois, esse assunto nunca foi discutido, mas salientou que a grande maioria das pessoas sabe o que pensa acerca do referido assunto. Disse que sabem o que pensa sobre Marvila e sabem sobre o que pensa que é Chelas. Disse que já muitas vezes explicou que no passado havia um clube que deu lugar ao COL e que se chamava Clube Desportivo de Chelas e onde é que ele se situava; após o 25 de Abril, houve ali alguma deformação de informação. Disse que assumir uma história que não existia, e que até no bairro das Amendoeiras apareceram dois clubes desportivos chamados de Chelas e apareceram outras coisas mais com o nome Chelas. Disse que, como todos sabem, Chelas é uma parte muito pequenina de Marvila, apenas a parte que inclui o Convento de Chelas, ficando o resto no Beato. Disse que cada um tem direito a ter a sua opinião e que a sua é clara: defende Marvila de uma forma intransigente, porque sabe que isso está ligado a um tipo de informação com a qual não se identifica. Disse que se a palavra Marvila está nas chapas de identificação das vias, tem a ver com a sua luta que sempre tem feito e continuará a fazer, porque se identifica com uma freguesia recente na sua constituição,



mas grande na sua história e essa freguesia tem um nome e só um nome: Marvila e tem vários bairros cujos nomes se escusou de repetir. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que todas as dificuldades que se tem tido este ano, relativamente a mapas e outras questões, tem a ver com as dificuldades que os próprios programas informáticos neste novo sistema de normalização contabilístico. Deu a garantia que a Junta está a cumprir todos os requisitos legais e todas as questões que aqui estão a ser feitas, nomeadamente das intervenções antes feitas, remetendo para as conclusões do documento a resposta onde a ROC diz “as execuções financeiras e o relatório de execução orçamental não contém dispersões materialmente relevantes”. Disse que esta é a melhor resposta a todas as intervenções realizadas. Disse ainda querer responder à intervenção do Sr. António Alves, salientando que nunca afirmou em lado algum ter havido uma modificação dos objetos dos contratos e protocolos da Junta de Freguesia. Disse que o que houve foi uma adaptação daquilo que eram as verbas transferidas para as instituições de Marvila que se adaptaram elas próprias nos próprios contratos e protocolos que tinham, e, portanto, não houve nenhuma alteração subjetiva, nenhuma alteração de objeto. Disse ainda tudo o que foi alteração ou adenda foi submetida à Assembleia de Freguesia. Disse ainda que, como todos sabem, um regulamento interno é um regulamento interno e o que é feito é a nível de uma proposta de Executivo, frisando que não cabe à Assembleia de Freguesia tratar de regulamentos internos e sim de regulamentos externos, que necessitem de eficácia externa. Disse que o seu Executivo e a Junta, havendo alguma necessidade de adaptação da norma de controlo interno e regulamento interno, dizendo ser obvio que, num espirito de colaboração, de transparência, que foi único com a gestão deste Executivo e que nunca existiu nos oito anos em que o Sr. António Alves foi membro de outro Executivo anterior, salientando que essa é que é a diferença entre os dois, esse espirito de cooperação, de colaboração com a Assembleia de Freguesia, cabe ao Executivo que, por gentileza e cortesia, fazer o devido dever de informação à Assembleia de Freguesia. Reiterou o que disse na sua intervenção inicial, aquilo que tem a nível de algum desequilíbrio orçamental a que estão sujeitos, é em virtude da baixa de receitas e um aumento de despesas devido a uma pandemia de Covid-19, salientando que isso é claramente evidente. Disse que não se pode neste momento, ficando todos os Marvilenses de consciência triste e aborrecida, de como num ano destes de dificuldades não apresentar resultados negativos. Disse ter querido ajudar o comércio, dinamizar a economia e assegurar medidas de proteção junto dos marvilenses. Sobre o sítio de Chelas ou da questão de Marvila,

Afirmou o que sempre disse: a distância entre Chelas e Marvila é só uma, é a mesma. Salientando que o passado existiu e não deve ser escondido. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, em defesa da honra, disse que quando não se tem nada para dizer e justificar, a tentativa para ultrapassar os problemas é dizer que os outros antes é que são culpados. Disse diretamente ao Presidente da Junta que este há três anos que ocupa o lugar. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, em defesa da honra, disse que desde há três anos que se tem assistido a um partido, ao partido contabilístico de Marvila, e disse não entrar nessa conversa porque não é essa conversa que interessa aos marvilenses. Disse que a conversa aos marvilenses é se eles têm condições de saúde, é se eles têm pão em cima da mesa, é se têm direito à habitação,



se têm direito a segurança e sugeriu que o eleito não continue a vir com números pôr a honorabilidade de técnicos desta casa em causa, ferir a honra das pessoas e um tratamento desigual e falta de empatia para com as pessoas de Marvila. Disse que essa atitude sujeita a Junta de Freguesia a gastar energias necessárias para tratar de coisas que dão necessárias aos Marvilenses. Salientou que as contas de Marvila estão bem, os técnicos da freguesia são pessoas honestas e integras, não existe qualquer distorção orçamental. Disse que, quem assumir este lugar em outubro de 2021, tem as condições para governar com determinação, com coragem e ainda com muito dinheiro na Junta de Freguesia, os destinos desta casa. Voltou a afirmar que o que está ali para discutir é sobre os Marvilenses, as suas dificuldades face a esta pandemia e como se deve ajudar para que todos ultrapassem estes tempos difíceis. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto 5** da Ordem do Dia – **Apresentação, discussão e votação de proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto em questão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que, tal como anteriormente foi feita esta proposta para o ano de 2020, faz agora chegar uma proposta para o ano 2021, sendo uma proposta que auxilia o comércio local, auxilia os pequenos comerciantes a não pagarem as taxas neste momento em que necessitam de fazer frente a esta pandemia. Disse ainda que, tal como exemplo com a proposta para 2020 que foi votada por unanimidade, espera que esta que tem o mesmo fim para 2021 seja também votada no mesmo sentido. Salientou que também quem necessita de algum atestado ou documento afim, serão estes também gratuitos. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse que, como antes, apoia totalmente esta proposta, deixando apenas uma questão. Pediu esclarecimentos sobre o que a Junta pensa fazer para apoiar o comércio local. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse estar de acordo com a medida, considerando que se deve até dar mais apoio aos comerciantes que têm sido muito abalados por esta pandemia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada está de acordo com a proposta, considerando que o setor do comércio tem sido muito fustigado pela pandemia e que merece todo o apoio que possa ser dado. Questionou se esta proposta contempla as grandes superfícies. Questionou ainda até quando esta proposta se mantém. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que, tendo em conta este período que os comerciantes estão a passar, e sendo o valor das taxas algo tão residual, é evidente que a sua bancada apoia a proposta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, no âmbito do que foi falado, aquando da discussão da isenção das taxas de 2020, mantêm o que foi dito, agora ainda com mais causa devido à situação instalada da pandemia que não se sabe quando terminará. Disse que a sua bancada apoiará todas as medidas que visem melhorar a vida dos fregueses de Marvila e, aqui em particular, dos comerciantes. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, questionou de que mais formas a Junta ajudará os comerciantes e deixou também um desafio ao Executivo para criar um prémio da melhor montra de Natal da freguesia. -----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, respondendo à intervenção do Sr. António Alves, disse que um escudo é um escudo, um euro é um euro, toda a receita que a Junta receba nunca é marginal, porque toda a receita que a Junta recebe é para ser utilizada para prol da sua população e fazer o bem, logo não há valor residual nem valor marginal. Disse que, claro que isto tem impacto, pois no momento que atravessamos necessitamos de fazer ainda mais em prol da população, mas temos menos receita para o fazer. Respondendo às intervenções de todos os eleitos, disse que o que a Junta está a fazer para ajudar o comércio local e que, desde março, já se estava a colocar dinheiro a fundo perdido, a fazer aquisições de bens, nos talhos, nas peixarias, nos restaurantes, nas padarias, nas mercearias, nas churrasqueiras, nas frutarias, nos supermercados de bairro, tentando chegar a todos para fazer aquisição de alimentos para campanhas solidárias, alimentação para as nossas instituições que estavam a fornecer alimentação aos utentes, alimentação para os centros de dia, fazendo isso com o apoio dos serviços sociais e até alimentação para aqueles que não tinham e eram verdadeiramente carenciados socialmente e que tinham que ser apoiados poi haviam contraído Covi-19. Salientou que esta política foi sempre feita e é por isso que as contas vão tendo desequilíbrio orçamental. Disse que continuaremos a adquirir bens no pequeno comércio em Marvila estimulando o comércio e pretendendo que todos sejam abrangidos, beneficiando de uma rede comunitária solidária que informa a Junta de quais as pessoas devem ser apoiadas, identificadas pelos serviços da Junta, tentando que não haja abusos, tentando haver também a colaboração de entidades como a SCML e o Banco Alimentar que fazem este reforço. Disse ainda que o Executivo entendeu que só isso não chegava, que era preciso atingir mais pessoas e mais comércio. Disse concordar com a ideia do Sr. Pedro Monteiro no que refere ao incentivo às compras no comércio local. Concordou com o Sr. Luís Castro que falta fazer uma divulgação apropriada do comércio local de Marvila aos Marvilenses, tendo já solicitado à Eng^a Inês Alfaro esse levantamento exaustivo para a divulgação. Aplaudiu a ideia do Sr. Pedro Monteiro sobre o concurso das montras de Natal, agradecendo a ideia, dizendo que irá solicitar aos serviços para poderem pôr em prática essa ideia. Saudou por fim as intervenções de todos os membros da Assembleia de Freguesia, saudando também os Marvilenses, pela forma como estão a cumprir as regras de distanciamento e segurança em Marvila, não havendo por parte da PSP nenhum registo de participações sobre o incumprimento das regras necessárias neste tempo de pandemia. -----

---O Sr. presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Sr. António Alves (PMMI) que, no uso da palavra, em defesa da honra, clarificou que a freguesia de Marvila é a terceira maior receita do concelho de Lisboa, salientando que na Ajuda é que o valor era muito mais baixo. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, em defesa da honra, disse que não queria chamar à discussão a freguesia onde exerceu funções. A diferença, disse, é que nessa freguesia foi buscar ao Orçamento 200 mil euros na primeira lei – 56/2012 e o eleito, Sr. António Alves, como vice-presidente, perdeu 400 mil euros. Salientou que esse dinheiro era agora essencial para combater a pobreza, combater a miséria, combater a exclusão e estar autónomos da CML, quando tiver que se fazer investimentos de capital porque quem negociou aquelas verbas, tornou a Junta refém da CML e com a verba de 4000 mil euros seriam completamente autónomos desta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação o **ponto 5** da Ordem do Dia – **Apresentação, discussão e votação de proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia.** -----

---Passada a votação **foi a proposta aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dispensando a leitura da **ata minuta** da presente reunião, deu por finalizada a mesma. Desejou ainda umas Boas Festas e que o ano de 2021 seja um ano mais seguro e com mais saúde para todos, freguesia, vizinhos e



familiares, tendo a esperança de que tudo melhorará. Disse que todos voltaram a encontrar-se em 2021 para continuar a fazer o bem e a trabalhar em prol da freguesia de Marvila. -----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **22h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária _____